

O HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO CURU

Ubirajara Patrício Álvares da Silva¹

RESUMO---Este trabalho tem como objetivo descrever, de forma mais detalhada possível, o processo que levou a formação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Curu. Essa bacia se reveste de uma grande importância tendo em vista que foi considerada, no início da implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos, como a bacia piloto, onde foram desenvolvidas, pioneiramente, várias ações de gestão, como o Plano de Bacia do Curu, o cadastramento de usuários de água, estudos de tarifas e a mobilização social para a instalação do comitê de bacia, que foi o primeiro comitê a ser instalado no Ceará. Muitas dessas ações na bacia do Curu, serviram de modelo para ser implementado em outras bacias, principalmente o que diz respeito à formação dos comitês. Este artigo foi o resultado de uma pesquisa bibliográfica de artigos, relatórios e documentos, bem como de observação participante, com o intuito de retratar os fatos, eventos e os momentos mais importantes, bem como os aspectos metodológicos, no sentido de descrever a história da formação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Curu.

ABSTRACT---This work has as objective to describe, of possible detailed form more, the process that took the formation of Committee of Curu River Basin. This basin if coats with a great importance in view of that it was considered, in the beginning of the implementation of the State Policy of Water Resources, as the basin pilot, where they had been developed, pioneering, some actions of management, as the Plan of Basin of Curu, the cadastre of water users, studies of tariffs and social mobilization for the installation of basin committee, that was the first committee to be installed in the Ceará. Many of these actions in the basin of the Curu, had served of model to be implemented in other basins, mainly what it says respect to the formation of the committees. This article was the result of a bibliographical article research, reports and documents, as well as of participant comment, with intention to portray the facts, events and the moments most important, as well as the methodology aspects, in the direction to describe the history of formation of Committee of Curu River Basin.

Palavras chave: Comitê de bacia, participação.

¹ Técnico da COGERH, Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Rua José Euclides 376, 60.040-520 Bairro de Fátima, Fortaleza – CE.
E-mail: bira@cogerh.com.br

² Esse texto teve como referencial parte da dissertação de Mestrado do autor, intitulada *Análise da Importância da Gestão Participativa dos Recursos Hídricos no Ceará: Um estudo de caso*, apresentada na UFC, 2004.

1 INTRODUÇÃO

A Política Estadual dos Recursos Hídricos do Ceará, foi instituída através da lei 11.996, de 24 de julho de 1992, e estabelece, entre outras coisas, que a gestão da água deve ser integrada, descentralizada e participativa, adotando a bacia hidrográfica como unidade de planejamento.

Em 1993, foi criada a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH, que vem desenvolvendo um trabalho de mobilização social no sentido de garantir canais de participação para envolver a sociedade civil e os usuários no processo de co-gestão dos recursos hídricos.

Através da COGERH, o Ceará vem implementando a gestão participativa dos recursos hídricos nas suas 11 Regiões Hidrográficas, realizando um trabalho de monitoramento, gerenciamento, manutenção, alocação de água e promovendo o envolvimento da sociedade na gestão dos recursos hídricos, bem como desenvolvendo ações para a instalação dos comitês de bacias hidrográficas.

O primeiro comitê de bacia hidrográfica instalado no Ceará foi o Comitê da Bacia Hidrográfica do Curu, em 1997. Atualmente já estão instalados os Comitês das bacias hidrográficas do Baixo Jaguaribe, Médio Jaguaribe, Alto Jaguaribe, Banabuiú, Salgado, Metropolitanas e Acaraú.

A bacia hidrográfica do Curu drena uma área de 8.527 Km², que corresponde aproximadamente a 6% do território cearense, seu rio principal é o rio Curu, que nasce na região montanhosa formada pelas serras do Céu, da Imburana e do Lucas, localizadas no centro-norte do Estado, percorrendo 195 km até sua foz. O rio Curu tem como principal afluente o rio Canindé, que se encontra na margem direita e drena praticamente todo o quadrante sudoeste da bacia; pela margem esquerda, destaca-se o rio Caxitoré. A bacia apresenta um total de 321 açudes, entre pequenos médios e grandes, com uma acumulação total de água da ordem de 1,12 bilhões de m³. SRH (1992).

A Bacia apresenta um total de 321 açudes, entre pequenos médios e grandes, com uma acumulação total de água da ordem de 1,12 bilhões de m³. Os maiores açudes da bacia são os seguintes: Pereira de Miranda (395,64 milhões de m³), General Sampaio (322,20 milhões de m³), Caxitoré (202,00 milhões de m³), Frios (33,02 milhões de m³), São Mateus (10,33 milhões de m³), que juntos totalizam 963,19 milhões de m³. SRH (1992).

A bacia do Curu tem como principal usuário, no que diz respeito a quantidade de água utilizada, a irrigação. Como pode-se verificar no Cadastramento dos Usuários de Água Bruta da Bacia do Curu, realizado em 1995, quando foram cadastrados 264 irrigantes privados, 1.139 irrigantes nos perímetros públicos e 479 vazanteiros (produtores estabelecidos na bacia do açude, em geral loteados pelo DNOCS, no caso dos açudes federais, que realizam plantio nas áreas úmidas que acompanham o nível de água do açude, podendo utilizar irrigação total ou apenas

complementar). Segundo dados do cadastramento, foram identificados no vale do Curu 1.403 irrigantes e 479 vazanteiros, totalizando uma área irrigada de 7.606,61 ha. COGERH (1995a).

Entre esses usuários de água destacam-se duas agroindústrias (produção de cachaça e álcool), dois perímetros públicos irrigados e vários irrigantes privados, onde predomina, no vale perenizado, o cultivo de coco e cana-de-açúcar.

A bacia hidrográfica do Curu é composta por 15 municípios, sendo General Sampaio, Apuiarés, Pentecoste, Umirim, São Luis do Curu, São Gonçalo do Amarante, Paracuru e Paraipaba localizado no vale perenizado, e Itapajé, Tejuçuoca, Irauçuba, Paramoti, Caridade, Canindé e Itatira, situados fora do vale perenizado.

A Bacia do Curu, por ter sido inicialmente identificada como bacia piloto pela Política Estadual de Recursos Hídricos, apresentou-se como um região onde foram realizados vários estudos pioneiros no estado, que objetivaram instrumentalizar a gestão dos recursos hídricos, como o Plano Diretor da Bacia - 1995; Cadastramento dos Usuários de Água - 1996; Estudos sobre cobrança pelo uso da água bruta – 1998 e o início do processo de formação do comitê de bacia, que resultou na sua instalação em 1997.

Os Comitês de Bacia Hidrográficas, são organismos colegiados integrantes do Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos, com funções deliberativas e consultivas, constituídos por representantes dos usuários, da sociedade, do poder público municipal e dos órgãos públicos estaduais e federais, que tenham interesse ou atuem na bacia, com o objetivo de colocar em prática o processo de Gestão Participativa da Bacia Hidrográfica.

No Ceará o colegiado do comitê de bacia é composto por representantes de instituições governamentais e não-governamentais, distribuídos em 04 (quatro setores), sendo a seguinte distribuição e percentual de participação: Usuários (30%); Sociedade Civil (30%); Poder Público Municipal (20%); Poder Público Estadual/Federal (20%).

Antes de entrarmos propriamente nas etapas que levaram a instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Curu - CBH-Curu, é importante a apresentação dos aspectos metodológicos que nortearam todo o trabalho de mobilização que na época foi denominado de Apoio a Organização dos Usuários de Água, desenvolvido pelos técnicos da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH. Contudo, Após uma reflexão sobre o processo de mobilização social desenvolvido, entendemos que o termo de “apoio a organização dos usuários de água” reproduz uma concepção onde predomina a idéia que a água é apenas um recurso necessário ao processo produtivo, privilegiando ou considerando a participação do “usuário de água”.

Esta concepção dominante que define critérios de participação baseada numa lógica apenas de “interesse direto no uso da água” limita a participação de instituições da sociedade civil e privilegia os grupos de interesses ligados a reprodução do capital.

Entendemos que a preocupação com a gestão da água não é apenas uma questão de “interesse”, que mobilizaria alguns setores da sociedade a partir dos “grupos de interesse” pelo uso da água. Mas sim uma questão que deve envolver toda a sociedade, numa lógica de “direito”, pois sendo a água um elemento natural essencial à vida e a manutenção dos ecossistemas, a sociedade tem o direito à água em qualidade e quantidade suficiente e a participar do planejamento e execução das políticas públicas relativas aos recursos hídricos.

A participação na gestão dos recursos hídricos não deve ficar restrita aos usuários diretos, mas ampliada a toda sociedade civil organizada, pois é necessário um controle social efetivo das políticas públicas. Por isso optamos intitular o processo de mobilização social para a gestão participativa da água de “Apoio a Organização Social para a Gestão da Água”.

As informações relativas ao histórico de formação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Curu (CBH-Curu) estão baseadas em documentos e relatórios da COGERH, em alguns artigos e fundamentalmente na observação participante baseado ainda na experiência profissional no período de 1994 a 2000, onde participamos desse processo enquanto técnico da COGERH, posteriormente como Gerente Regional da COGERH e Secretária Executiva do CBH – Curu.

2 ANTECEDENTES METODOLÓGICOS

O processo de instalação de comitês de bacias hidrográficas no Ceará, apesar de estar previsto na Lei Estadual de Recursos Hídricos de 1992, só teve início efetivo em 1994, com o ingresso do corpo técnico da COGERH.

Com o início dos trabalhos nas bacias hidrográficas, por parte da equipe técnica da COGERH, percebeu-se a necessidade de elaborar uma metodologia que contemplasse toda a complexidade da dinâmica social do processo de apoio a organização dos usuários de água, que se configurava com uma atividade nova e não tinha, na época, nenhuma experiência desse tipo realizada no Ceará.

Foi elaborado uma metodologia que nortearia todo o trabalho de apoio a organização dos usuários, tendo como princípios as seguintes orientações: a) Conhecer a realidade de cada região identificando as organizações existentes e seus respectivos níveis de organização e o trabalho institucional que já vem sendo realizada com as mesmas; b) Apoiar as organizações de usuários, respeitando as especificidades de cada realidade, enquanto espaço de negociação social, com o intuito de resolver eventuais conflitos que venham a ocorrer devido aos múltiplos usos da água; c) Dotar os usuários de informações técnicas para que possam ter uma visão global e integrada da problemática dos recursos hídricos principalmente de sua bacia hidrográfica; d) Assessorar as organizações de usuários no que se refere a elaboração de uma proposta de planejamento e gestão de recursos hídricos, de forma integrada que privilegie um processo de desenvolvimento

sustentável; e) Envolver as organizações de usuários na construção de um processo de gestão das bacias hidrográficas, através da criação dos Comitês de Bacia. Garjulli et al. (1995)

Para a gestão de recursos hídricos a unidade de planejamento é a bacia hidrográfica, entretanto, devido as especificidades físicas, econômicas, sociais e culturais encontradas nas diversas bacias hidrográficas, era fundamental definir alguns níveis de atuação e uma seqüência de etapas que se articulassem e se integrasse de forma crescente até a constituição dos comitês de bacias, garantindo uma certa flexibilidade para atender as realidades específicas de cada bacia. Foi definido, então, três níveis de atuação, o açude, o vale perenizado e a bacia hidrográfica.

2.1 Nível de atuação: o açude

Numa região semi-árida como o açude se coloca como elemento vital, até mesmo para o processo de constituição e desenvolvimento das cidades interioranas. É portanto, o núcleo básico da atuação institucional em termos do processo de organização dos usuários e de gerenciamento da bacia hidrográfica, onde será apoiada a formação de comissões ou conselhos gestores de usuários dos açudes, garantindo a participação de todos os interesses e usos existentes.

Neste nível de atuação estão os açudes que não estejam integrados num grande vale perenizado, e que o trecho que o mesmo perenize seja limitado a um alcance local.

Para a atuação nesse nível deve ser considerado o açude como um todo, e o trabalho e atuação na gestão participativa da água deve ir crescendo em integração, envolvendo gradualmente as diversas partes, que venham a compor esse sistema: a parede do açude; o espelho de água (bacia hidráulica) do açude; as vazantes, se existirem; o seu trecho perenizado (liberação de água a jusante); a área de preservação; adutoras que abasteçam distritos e/ou sedes municipais, com isso os assentamentos humanos abastecidos por um determinado açude passa a fazer parte do sistema, independente da distância percorrida pela adutora; e por fim a atuação na bacia hidrográfica do açude, que pode interferir na qualidade da água e no processo de assoreamento do açude.

Todas essas partes que podem ser verificadas num determinado açude impõem a necessidade de entendê-lo enquanto um sistema hídricos, integrado a uma realidade complexa determinada pela forma de ocupação do território, apropriação dos recursos naturais, as relações sociais de produção estabelecidas historicamente, tipos de usos de água, formas organizacionais e institucionais, etc.

Os açudes trabalhados nesse nível de atuação se enquadram na categoria de pequeno e médio porte. Os grandes açudes, geralmente estão integrado em um grande vale perenizado ou tem um alcance regional, e devido a sua dimensão e repercussão, o trabalho de organização é feito com através de comissões de vales perenizados.

2.2 Nível de atuação: o vale perenizado

Neste nível as relações institucionais, culturais, sociais, econômicas e de usos são mais complexas ainda, por isso o gerenciamento nesse nível é realizado de forma articulada, englobando todos os açudes que contribuem com água para perenizar o vale, seria considerado o somatório de todos os açudes e trechos perenizados desse sistema hídrico. Nesses sistemas integrados é onde se encontram uma grande concentração de usuários, como os irrigantes privados, os grandes perímetros públicos irrigados, abastecimentos de cidades, os vazanteiros dos diversos açudes que compõem o sistema perenizado. Essa realidade resulta numa situação de conflitos mais complexos e variados. Dada essa complexidade e o grande número de usuários, esse nível de atuação representa um segundo nível de mobilização e articulação do processo de organização de usuários de água.

O gerenciamento nesse nível é realizado a partir da constituição das Comissões de Vales Perenizados. A dimensão que esse processo toma, acaba resultando numa visão macro do sistema, o que por um lado é positivo dado a conseqüente ampliação da visão do sistema por parte dos usuários, mas, por outro, algumas questões que ocorrem nos açudes ou em determinados trechos perenizados, por serem problemas localizados, acabam por não receberem o tratamento adequado.

Nesse nível percebe-se uma concentração da discussão em relação a alocação anual da água, ou seja, a definição das vazões a serem liberadas pelos açudes. Nesse caso seria importante incentivar a discussão de outros temas importantes para o vale, bem com a constituição de sub-comissões por áreas de interesses mais específicas ou inter-relacionadas.

Os vales perenizados são constituídos por açudes de grande e médio porte, no caso do Ceará, existem três sistemas desse tipo: Vale do Curu; Vales do Jaguaribe e Banabuiú e o Vale do Acaraú.

2.3 Nível de atuação: a bacia hidrográfica

O terceiro nível de atuação é a Bacia Hidrográfica, que deve contemplar todos os processo, sejam ecológicos e sociais relacionados com a água no âmbito da bacia. É uma situação mais complexa que os níveis anteriores, além de ser uma nova lógica de organização espacial.

A bacia é a unidade de gestão dos recursos hídricos, por isso a organização desse nível é o objetivo último do processo de apoio a organização dos usuários, colocando-se como uma etapa muito mais avançada do processo organizativo, onde serão constituídos os Comitês de Bacia.

Para a constituição do Comitê, é necessário um processo de mobilização bastante intenso na bacia como um todo, que começa pelo diagnóstico institucional dos municípios situados na bacia, e por outras etapas, que se integram, chegando na instalação do Comitê.

O trabalho desenvolvidos nos três níveis apresentados anteriormente, tem a bacia hidrográfica como unidade básica de planejamento dos recursos hídricos. Não obstante, parte também da

compreensão do município como uma unidade importante a ser trabalhada, pois o município é a unidade política-administrativa mais próxima do cotidiano das pessoas, é um espaço privilegiado para a organização social, onde os laços de sociabilidade se dá mais fortemente. É no município, em nível local, onde se estabelece as relações sociais de produção e de poder.

O município não é necessariamente um nível de atuação, mas sim a base territorial onde se materializa os níveis de atuação propostos, ou seja, o açude (podendo apresentar a sua bacia toda inserida num município, ou entre dois ou mais municípios; ou então estar toda inserida na área de um município e abastecer outros municípios), do vale perenizado (onde parte do município pode estar inserido) e a bacia hidrográfica (onde o município pode apresentar o seu território totalmente ou parcialmente inserido na área de drenagem de uma bacia hidrográfica).

Diante disso o trabalho em nível municipal é um momento importante para o processo de constituição dos comitês de bacia hidrográfica, passando pelos Encontros Municipais sobre Gerenciamento dos Recursos Hídricos, como veremos mais adiante, podendo inclusive, dependendo da situação e da realidade local, ser constituído Comissões Municipais para o Gerenciamento dos Recursos Hídricos e/ou ser identificados articuladores municipais.

3 O HISTÓRICO DA INSTALAÇÃO DO COMITÊ DA BACIA DO CURU

Neste item apresentaremos informações relativas a constituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Curu, buscando resgatar datas e eventos que consideramos importantes para esse processo. O Comitê da Bacia Hidrográfica do Curu (CBH-Curu) foi instalado durante a reunião de posse de seus membros, em 17 de outubro de 1997, no município de Pentecoste - CE.

O CBH-Curu foi o primeiro comitê de bacia instalado no estado do Ceará, a sua criação já tinha sido definida já na Lei 11.996, de 24 de julho de 1992, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, no seu artigo 48: “Fica desde já criado o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Curu, cujo estatuto será estabelecido pelo Conselho de Recursos Hídricos do Ceará – CONERH em até 120 (cento e vinte) dias da promulgação desta Lei, devendo ser implantado em até 90 (noventa dias) após a publicação do seu regulamento no Diário Oficial do Estado.” SRH (1994).

Apesar da Lei Estadual de Recursos Hídricos ter estabelecido a criação do CBH-Curu, o processo de constituição do referido comitê só teve início no segundo semestre de 1994, quando a equipe técnica da COGERH iniciou os trabalhos de diagnóstico institucional na bacia do Curu.

O diagnóstico institucional foi realizado nos meses de agosto e setembro de 1994, onde foram contatadas 82 instituições em 18 municípios (Irauçuba, Itapajé, Umirim, Pentecoste, Paraipaba, São Luiz do Curu, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, General Sampaio, Paramoti, Tejuçuoca, Itatira, Canindé, Caridade, Aratuba, Mulungu, Guaramiranga). COGERH (1994)

O trabalho de gestão participativa dos recursos hídricos foi iniciado tendo como base os 18 municípios que apresentavam o seu território, ou parte dele, situado na área da bacia hidrográfica do rio Curu. Posteriormente, avaliando que os municípios de Aratuba, Mulungu e Guaramiranga apresentavam apenas uma pequena área dos seus respectivos território na bacia do Curu e que suas ligações econômicas e culturais eram com a região metropolitana de Fortaleza, optou-se então por não considerar estes três municípios na composição da bacia do Curu. A partir desse momento, ficou definido em 15 o número de municípios que estariam envolvidos no processo de formação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Curu.

Os contatos institucionais possibilitaram uma melhor compreensão dos principais problemas da Bacia Hidrográfica do Curu no tocante a organização dos usuários, a integração institucional, as potencialidades hidroagrícolas e a dinâmica sociocultural. Os contatos realizados tinham o objetivo de: a) informar sobre a Política Estadual dos Recursos Hídricos; b) informar sobre a criação da COGERH; c) identificar os problemas de recursos hídricos em cada município; d) identificar o nível de articulação existente entre as instituições que atuam na área dos recursos hídricos.

Com o diagnóstico foi possível identificar, naquele momento, os principais problemas da Bacia do Curu, podendo ser visto na tabela 1.

Tabela 1 – Principais problemas hídricos da Bacia do Curu, identificado no diagnóstico

TEMA	PROBLEMAS IDENTIFICADOS
Abastecimento Humano	<ul style="list-style-type: none"> • Risco de colapso d'água em vários municípios; • Baixa cobertura de distribuição d'água nos centros urbanos municipais; • Baixo aproveitamento dos rios e riachos temporários para construção de barragens.
Irrigação	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa eficiência na gestão e manutenção dos perímetros públicos; • Crescimento desordenado da irrigação privada sem nenhum controle do Estado; • Ineficiência na exploração agrícola nos perímetros públicos; • Elevado nível de consumo d'água em relação as áreas irrigadas.
Pesca	<ul style="list-style-type: none"> • Precário nível de vida dos pescadores; • Deficiência dos equipamentos de pesca; • Dependência de intermediários na comercialização; • Precárias condições de armazenamento e beneficiamento do pescado; • Pesca desordenada nos açudes públicos; • Baixo nível de organização e participação dos pescadores nas suas entidades de classe.
Integração Institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Baixo nível de integração institucional.
Gerenciamento	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de uma gestão integrada e participativa dos recursos hídricos; • Ineficiência no uso dos reservatórios públicos; • Desequilíbrio entre oferta e demanda dos recursos hídricos; • Uso desordenado e má preservação dos recursos hídricos; • Deficiência ou ausência de assistência técnica ao pequeno produtor.
Conflitos (causas)	<ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento da legislação sobre recursos hídricos; • Deficiência no gerenciamento dos recursos hídricos; • Desconhecimento e/ou desrespeito ao direito de uso público dos açudes construídos em cooperação.
Organização	<ul style="list-style-type: none"> • Dependência das organizações da sociedade civil e dos usuários em relação ao Estado. • Baixo nível de organização dos usuários d'água na bacia.

O passo seguinte foi a realização do I Seminário Institucional dos Recursos Hídricos da Bacia do Curu, no dia 07 de Dezembro de 1994 em Pentecoste, com os seguintes objetivos: a) Apresentar a Nova Legislação de Recursos Hídricos do Ceará; b) Apresentar o diagnóstico institucional e de recursos hídricos da Bacia do Curu; c) Definir as linhas básicas que nortearão a estratégia de ação para gestão dos Recursos Hídricos na Bacia do Curu. COGERH (1995b)

Este seminário teve como resultado a definição de algumas propostas apresentadas pelas instituições presentes, as quais podemos destacar as seguintes: a) Criação de associações de usuários nos açudes da bacia; b) Criação do comitê do baixo Curu; c) Criação de sub-comitês em toda a bacia do Curu; d) Realização de seminários municipais com os usuários da bacia; e) Promoção de campanhas educativas sobre o uso racional da água em toda a bacia. COGERH (1995b)

O referido seminário teve uma participação relativamente pequena das entidades convidadas, contando com 31 instituições inscritas. Esse fato fez com que houvesse uma reavaliação, por parte da COGERH, de quais seriam as próximas etapas a serem seguidas, percebeu-se que era necessário trabalhar mais fortemente com os usuários de água, pois a possibilidade de discutir as vazões de água dos açudes passaria a ser o elemento motivador para dar continuidade ao processo de constituição do comitê.

A implementação da gestão participativa dos recursos hídricos na bacia do Curu teve que contar com as especificidades próprias da região, que interferiram nas definições e orientações do trabalho. Sobre essas especificidades consideradas na implementação da Política Estadual dos Recursos Hídricos, Oliveira et al. (1995), afirmava que:

"Quando comparamos a bacia do Curu a bacias mais desenvolvidas do ponto de vista sócio-cultural, tecnológico, em diversificação de culturas agrícolas e em produtividade agrícola como no caso do Médio Jaguaribe, percebe-se a necessidade apontada tanto nas visitas de campo quanto no seminário de investimentos a curto e longo prazo em novas tecnologias agrícolas, na dinamização das relações sociais, em infra-estrutura agrícola, na diversificação de culturas agrícolas e no aumento da produtividade como elementos importantes para implantação da Nova Política Estadual de Recursos Hídricos. Esse trabalho deve ser realizado sem reforçar os vínculos de dependência e as formas de paternalismo na região. A linha de trabalho deve ser a total autonomia das organizações e o respeito às características sócio-culturais da Bacia Hidrográfica."

Em julho de 1995, no município de Pentecoste, foi realizado o I Seminário dos Usuários das Águas do Vale do Curu, com o objetivo de discutir com os diversos usuários, as quantidades de água que deveriam ser liberadas pelos açudes que perenizavam o rio Curu (açudes: General Sampaio, Tejuçuoca, Pentecoste, Caxitoré e Frios). Naquela ocasião participaram 154 representantes de 85 instituições e organizações atuantes na região. A partir deste momento foi formada a Comissão dos Usuários de Água do Vale do Curu, que viria a ser o núcleo básico para futura formação do Comitê de Bacia. COGERH (1995c)

A Comissão dos Usuários de Água do Vale do Curu foi constituída em 1995, com representantes de 43 instituições, entre associações, cooperativas, distritos de irrigação, agroindústrias, prefeituras, sindicatos de trabalhadores rurais, sindicatos patronais rurais, e órgãos públicos estaduais e federais. COGERH (1995c)

Esta comissão teve um papel importante como pólo aglutinador das discussões acerca das questões relativas a gestão de recursos hídricos na bacia do Curu, realizando 15 reuniões (setembro de 1995 a dezembro de 1997), e atuando também no acompanhamento e ajustes das operações dos açudes do Vale do Curu, definidas nos seminários de planejamento de 1995, 1996 e 1997. Como vemos na tabela 2, onde mostra os temas discutidos nas 12 reuniões ocorridas até o final de 1996.

Tabela 2 - Principais assuntos tratados na comissão de usuários do vale do curu.

REUNIÃO	ASSUNTOS TRATADOS
1ª REUNIÃO (06/09/95)	<ul style="list-style-type: none"> • Vazão do General Sampaio esta sangrando a Barragem Serrota, desrespeitando acordo; • DNOCS justifica necessidade de maior vazão para atender Curu-Recuperação; • Dúvidas quanto a operação do açude Tejuçuoca; • Reduzir vazões do Pentecoste, Caxitoré e Frios por estar sangrando na barragem da Paraipaba; • Identificação de barragem ilegal construída no leito do rio Curu.
2ª REUNIÃO (18/10/95)	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de solicitação da outorga, pelos usuários para maior controle do uso da água no Vale; • Necessidade de estudos sobre a colocação de comportas no açude Frios.
3ª REUNIÃO (22/11/95)	<ul style="list-style-type: none"> • Informe da COGERH sobre levantamento de dados para estudos de recuperação das obras hídricas do Vale do Curu; • Poluição do açude Pentecoste por esgotos • Preocupação com qualidade da água consumida no Vale do Curu.
4ª REUNIÃO (20/12/95)	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de ter informação sobre a previsão do período de inverno; • Avaliação dos trabalhos da COGERH e da Comissão em 95 e Proposta para 96.
5ª REUNIÃO (30/01/96)	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de condições de trabalho do operador do açude Tejuçuoca (DNOCS).
6ª REUNIÃO (28/02/96)	<ul style="list-style-type: none"> • Válvula do açude Tejuçuoca aberta acima da vazão acordada durante alguns dias de Fevereiro; • COGERH avalia que para se chegar ao comitê da Bacia é necessário maior envolvimento dos usuários no encaminhamento dos problemas.
7ª REUNIÃO (27/03/96)	<ul style="list-style-type: none"> • Dia de campo no Centro de Pesquisa da EMBRAPA, Paraipaba. Sobre Irrigação Localizada.
8ª REUNIÃO (08/05/96)	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de limpeza do sangradouro do General Sampaio • Açude Tejuçuoca sangrou mais não atingiu o contorno previsto • Problemas ambientais: Baronesa no açude Caxitoré • Umirim: esgoto hospitalar e residencial direto no rio • Paracuru: tratamento do vinhoto da Agrovale • Paraipaba: Uso inadequado do agrotóxico:
9ª REUNIÃO (03/07/96)	<ul style="list-style-type: none"> • Propostas para realização do seminário de planejamento para operação dos açudes do sistema para o verão/96.
10ª REUNIÃO (11/09/96)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Discussão de formas de fortalecimento e estruturação da comissão dos usuários.
11ª REUNIÃO (23/10/96)	<ul style="list-style-type: none"> • Discussão de formas de fortalecimento e estruturação da comissão de usuários da bacia do Curu.
12ª REUNIÃO (04/12/96)	<ul style="list-style-type: none"> • Discussão de formas de fortalecimento e estruturação da comissão de usuários e de estratégias para estruturação do Comitê da Bacia

Com a constituição do Comitê do Curu, em 1997, a Comissão de Usuários deixou de existir, e a sua função básica de acompanhamento da operação dos açudes passou a ser realizado por uma comissão de membros do próprio Comitê.

O trabalho com a Comissão de Usuários foi fundamental para o processo de constituição do CBH-Curu, e suas reuniões se caracterizaram como um importante espaço de aprendizagem, de discussão e de deliberação sobre a gestão das águas no vale do Curu. Contribuiu também para um maior fortalecimento do processo de organização dos usuários e uma maior integração institucional entre os municípios participantes.

Em 02 de agosto de 1996, no município de Pentecoste, foi realizado o I Seminário dos Usuários de Água da Bacia do Curu. Neste caso, aproveitando a reunião anual de definição da operação dos açudes do vale do Curu, foi ampliado o convite para toda a bacia, com o intuito de reforçar o trabalho em direção a formação do comitê. COGERH (1996)

O trabalho de mobilização, na época, já vinha sendo implementado pela COGERH, em 11 municípios do vale do Curu, a realização do seminário (agosto de 1996) tinha com objetivo ampliar o trabalho para toda bacia e com este propósito foram convidados para participar deste seminário representantes dos usuários de água e instituições que atuam nos 04 municípios (Canindé, Caridade, Itatira e Paramoti) que fazem parte da Bacia Hidrográfica do Rio Curu, mas que estão situados acima do vale perenizado.

Como fase preparatória ao referido seminário foram realizados dois encontros municipais sobre gestão de recursos hídricos nos municípios de Canindé e Paramoti e a própria Comissão dos Usuários definiu conjuntamente a programação, os conteúdos e as formas de divulgação.

O I Seminário dos Usuários de Água da Bacia do Curu, tinha os seguintes objetivos: a) Avançar no processo de democratização do uso das águas no estado do Ceará; b) Fortalecer a Comissão dos Usuários de Água da Bacia do Curu; c) Divulgar a política de recursos hídricos do estado do Ceará; d) Preparar o plano de operação do sistema do Vale do Curu; e) Apresentar um histórico e avaliação da gestão integrada e participativa das águas no Vale do Curu; f) Apresentar a situação hídrica da bacia do rio Curu; g) Escolher os representantes municipais para a Comissão dos Usuários da Bacia. COGERH (1996)

Este Seminário foi realizado dois anos após o início dos trabalhos na bacia, por isso um dos pontos de pauta era fazer um histórico do processo de gestão participativa na bacia do Curu e uma avaliação desse processo, tendo sido levantado os seguintes aspectos positivos pelos representantes presentes: Acompanhamento do uso da água no vale perenizado; Discussão e encaminhamento de soluções para os problemas hídricos do vale; Sedimentação do papel da COGERH para a sociedade local; Crédito dos membros da comissão no processo participativo; Intercâmbio de conhecimento e de informações entre entidades da sociedade civil; Envolvimento de outras instituições ao longo do

processo de gestão participativa; O maior controle sobre a demanda de água no vale perenizado; O conhecimento antecipado dos usuários em relação a situação hídrica dos açudes e das vazões liberadas durante todo o período, o que favoreceu um melhor planejamento para as atividades desenvolvidas pelos diversos usuários; O respeito as deliberações tomadas pela comissão dos usuários; Redução dos conflitos entre usuários com o apoio de subsídios técnicos.

Em 1997, o trabalho de apoio a organização dos usuários entrou e uma nova fase, a realização dos Encontros Municipais sobre Gerenciamento dos Recursos Hídricos, que serviram como etapa importante para a constituição do CBH-Curu.

Os Encontros Municipais foram importantes para uma maior divulgação da Política Estadual dos Recursos Hídricos; para que o processo de gestão participativa da água fosse referenciado por uma base social mais ampla; para propiciar condição para houvesse a participação de um maior número de pessoas nas discussões acerca da questão da água, devido a dificuldade de transporte; envolver mais atores sociais em nível municipal; e dar maior representatividade as instituições participantes no processo de constituição do comitê.

Foram realizados encontros municipais em todos os municípios. No caso dos municípios de Canindé, Caridade, Paramoti e Itatira, devido a existência de problemáticas comuns no que tange a questão da água, ou seja, representam a parte mais alta da bacia, servindo como bacia de contribuição dos grandes açudes que perenizam o Vale do Curu, e não apresentam em seus territórios a existência de grandes açudes, o que caracteriza uma realidade de carência em relação a oferta de água, foi realizado apenas um encontro regional, em Canindé, incorporando a discussão dos quatros municípios.

Os Encontros Municipais tinham os seguintes objetivos: a) apresentar e discutir a política de gerenciamento de recursos hídricos em desenvolvimento no Ceará; b) fortalecer a Comissão dos Usuários da Bacia Hidrográfica do Curu; c) discutir os principais problemas hídricos do município; d) ampliar a representação municipal na comissão dos usuários; e) organizar o Comitê da Bacia Hidrográfica do Curu; f) Escolher os delegados municipais que participarão do Congresso de Constituição do Comitê do Curu. COGERH (1997)

Os Encontros Municipais serviram para ampliar as discussões sobre a gestão da água na bacia como um todo, servindo como um momento importante para uma maior divulgação da Política Estadual de Recursos Hídricos; escolha dos representantes municipais para a definição dos componentes do Comitê; bem como a realização de um diagnóstico participativo dos principais problemas hídricos dos municípios, relacionando os aspectos de gerenciamento, de infra-estrutura, meio ambiente, saneamento, pesca e estudos e projetos.

Na tabela 3, pode ser verificado os locais e datas dos primeiros encontros municipais realizados na bacia do Curu, para formação do comitê.

Tabela 3 – Datas, local e número de delegados eleitos nos I encontros municipais.

MUNICÍPIO	DATA	NÚMERO DE DELEGADOS ELEITOS
Irauçuba	25/03/97	07
Tejuçuoca	26/03/97	07
São Luís do Curu	06/05/97	06
Pentecoste	07/05/97	08
Umirim	08/05/97	07
Canindé, Paramoti, Caridade e Itatira	09/05/97	Canindé (07); Caridade (07); Paramoti (05); Itatira (06)
General Sampaio	27/05/97	07
Apuiaries	28/05/97	07
Itapajé	04/06/97	07
São Gonçalo do Amarante	17/06/97	07
Paraipaba	18/06/97	09
Paracuru	20/06/97	07

Paralelamente aos encontros municipais foi escolhido um grupo de trabalho, composto por representantes da COGERH, SRH, EMATERCE, DNOCS e de Usuários de Água, escolhidos na Comissão dos Usuários de Água do Vale do Curu, que se reuniu várias vezes e teve a função de elaborar a proposta de Estatuto para ser apresentado no Congresso da Bacia.

Após os encontros municipais foi realizado o Congresso de Constituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Curu, no dia 03 de julho de 1997, em São Luis do Curu, onde os delegados escolhidos nos encontros municipais e os representantes das instituições governamentais Estadual/Federal, discutiram e aprovaram o Estatuto do CBH-CURU, bem como elegeram a primeira composição do comitê, que na época contava com 60 membros.

A proposta de 60 membros para primeira composição do CBH-Curu surgiu a partir das discussões do Grupo de Trabalho que elaborou a proposta de estatuto. Essas discussões apontaram para a importância de garantir a participação de representantes do poder público municipal de todos os municípios da Bacia do Curu no comitê, com o objetivo de envolver esse setor numa perspectiva de fortalecimento da atuação do comitê na bacia. A partir dessa definição, foi estabelecido uma divisão de quatro setores: Usuários, Sociedade Civil, Poder Público Municipal e Poder Público Estadual/Federal, e como são 15 municípios que compõe a bacia do Curu, foi proposto que os outros setores tivesse o mesmo número, ou seja, o Setor Usuários ficou com 15 representantes (25% da composição total); o Setor Sociedade Civil ficou com 15 representantes (25%); o Setor Poder Público Municipal com 15 (25%) e o Setor Poder Público Estadual/Federal com 15 (25%), totalizando os 60 membros.

O Conselho de Recursos Hídricos do Ceará aprovou o estatuto do CBH - Curu, com a deliberação nº 02/97, de 12 de agosto de 1997, tendo sido publicado no Diário Oficial do Ceará do dia 22 de setembro de 1997.

O Comitê do Curu é composto pelo colegiado, com mandato de dois anos, podendo haver a recondução. Possui uma estrutura organizacional composta por uma presidência, vice-presidência e uma secretaria executiva, que atualmente é exercida pela COGERH, através da Gerência da Bacia do Curu. O comitê deverá se reunir ordinariamente duas vezes ao ano e podendo se reunir extraordinariamente quantas vezes se fizer necessárias.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Curu (CBH-Curu) foi instalado durante a reunião de posse de seus membros, em 17 de outubro de 1997, no município de Pentecoste – CE. Naquela data foi eleita a primeira diretoria do CBH – Curu, composta por Antônio Alzemar de Oliveira (Presidente) e Carlos Magno Feijó Campelo (Vice-Presidente).

Uma das primeiras atividades do Comitê foi a realização do planejamento de suas atividades para o ano de 1998, definido a partir do seminário realizado no dia 02/04/98, no município de Umirim. Nesse planejamento a metodologia adotada possibilitou a participação de todos, que num primeiro momento refletiram individualmente sobre quais são as principais atribuições do CBH - Curu. Em seguida as sugestões apresentadas foram sistematizadas em 04 (quatro) grupos temáticos: Estudos e Planejamento, Gerenciamento, Funcionamento do Comitê e Meio Ambiente, a partir desses grupo ficou estabelecida a criação de quatro comissões, com o intuito de fortalecer a organização e ampliar a base de envolvimento dos membros: *Comissão de Funcionamento do Comitê; Comissão de Estudos e Planejamento; Comissão de Gerenciamento; Comissão de Meio Ambiente e Educação Ambiental*. Naquele momento foi definido o planejamento das atividades para o ano de 1998, como pode ser visto na tabela 4. COGERH (1998)

Tabela 4 - Planejamento das atividades para o ano de 1998 do CBH – Curu.

COMISSÃO	ATIVIDADES
Estudo e Planejamento	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura Comissão de Estudo e Planejamento • Consultar a direção do CBH-CURU se existe interesse de outro município em participar de Grupo de Trabalho de Estudo e Planejamento • Reunião do Grupo de Trabalho para definir sistema de funcionamento do grupo • Deliberar a forma de priorizar as obras e ações de saneamento das cidades do Vale do Curu • Localizar os pontos de infra-estrutura hidráulica da Bacia do Curu junto a COGERH e DNOCS que necessitam de reforma e/ou ampliação • Realizar estudo e acompanhamento da qualidade da água dentro dos reservatórios • Preparar conclusões e encaminhar para elaboração de projetos
Meio Ambiente /Ed. Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Campanha de Preservação dos Recursos Hídricos • Elaborar material de divulgação (cartilhas, fitas de vídeo, <i>folder</i>, cartazes, folhetos, campanhas de rádio, peças teatrais etc.) • Visitar as comunidades localizadas próximas a: rios, riachos, açudes, lagos, lagoas (contatos com associações, prefeituras, secretarias, indústrias etc.), solicitando o envolvimento de sensibilização.

Gerenciamento de Recursos Hídricos	<ul style="list-style-type: none"> • Constituir a Comissão de gerenciamento para participar do monitoramento, operação e avaliação do sistema hídrico que pereniza o Vale do Curu. • Reuniões de avaliação e operação do sistema (1ª Reunião 14/04/98). • Pleitear junto às prefeituras a atualização de cadastros dos usuários. • Apoiar a SRH/DGH e a COGERH no programa de pedido de outorga. • Pleitear junto a COGERH instrumentos mais eficientes no controle quantitativo e qualitativo. • Acompanhar à operação dos açudes isolados e de outros mananciais da Bacia do Curu.
Funcionamento do Comitê	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar regimento. • Definir calendário de reuniões do CBH-CURU (julho e dezembro - reuniões ordinárias), (maio e outubro - reuniões extraordinárias). • Definição dos temas de Câmaras Técnicas a serem criadas. (temas: ambiental, análise de projeto, gerenciamento). • Definir os articuladores municipais.

Na Reunião do Comitê de 17 de março de 1999, em Umirim, foi realizado o II Seminário de Planejamento da Bacia Hidrográfica do Curu, onde foi realizado um novo planejamento das atividades do CBH – Curu para aquele ano. Naquele momento foi definido as propostas de atividades para as Comissões do Comitê, que seria posteriormente detalhada pela respectiva comissão. COGERH (1999)

Na reunião do Comitê realizado dia 20/10/99, em Paraipaba, entre outros assuntos tratados, foi discutido as modificações do Estatuto do CBH – Curu e aprovado o Regimento Interno do Comitê. Com a mudança do estatuto houve uma alteração da composição do plenário do CBH – Curu, ficando aprovado a redução do número de membros do CBH – Curu para 50 membros, com a seguinte distribuição: Usuários – 15 representantes (30%); Sociedade Civil – 15 representantes (30%); Poder Público Municipal – 10 representantes (20%) e Poder Público Estadual/Federal – 10 representantes (20%). Esta mudança foi motivada pelo grande número de ausência de membros do comitê, bem como pela dificuldade de atingir o quorum para as reuniões. Esta mudança na composição dos percentuais dos setores componentes do Comitê do Curu, acabou sendo adotado como composição básica para a constituição dos outros comitês do Ceará.

Outra mudança aprovada nessa reunião foi a ampliação da diretoria que passou a ser composta de 04 componentes: Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário.

Em 2000, foi realizada a primeira renovação do CBH – Curu, pois com vimos o mandato do colegiado é de dois anos. Para essa renovação foi discutida a metodologia a ser adotada com o plenário do comitê, optando-se pela realização de encontros municipais. Essa escolha foi motivada pela constatação da necessidade de promover uma maior mobilização na bacia, divulgar as ações do comitê e dar uma maior visibilidade a esse processo de gestão participativa dos recursos hídricos. Então identificou-se os encontros municipais com a maneira mais efetiva para atingir esses objetivos. Como podemos ver na tabela 5. COGERH (2000)

Tabela 5 – II Encontros municipais para renovação do CBH – Curu

MUNICÍPIO	DATA	PARTICIPANTES	DELEGADOS
Paraipaba	01/12/1999	57	10
Paracuru	03/12/1999	20	10
São Gonçalo do Amarante	07/12/1999	32	11
Apuiarés	15/12/1999	46	13
General Sampaio	16/12/1999	28	14
Tejuçuoca	17/12/1999	21	10
São Luis do Curu	10/02/2000	25	04
Pentecoste	11/02/2000	22	17
Irauçuba	16/02/2000	64	11
Itapajé	17/02/2000	18	07
Caridade	18/02/2000	39	15
Umirim	23/02/2000	20	09
Paramoti	23/02/2000	35	07
Canindé	24/02/2000	28	15
Itatira	25/02/2000	39	12
Total		494	165

Após os II Encontros Municipais foi realizado, dia 07 de Abril de 2000, em Paraipaba, o Congresso de Renovação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Curu. Neste Congresso foi eleita a nova composição do Colegiado, composto por 50 membros.

A posse dessa nova composição foi realizada dia 16 de junho de 2000, em Pentecoste, onde também foi realizada a eleição da nova diretoria do CBH – Curu, para o mandato 2000 – 2002, tendo sido eleita a seguinte diretoria: Carlos Magno Feijó Campelo (Presidente); Valmir Costa de quino (Vice-Presidente); Francisco Lopes da Silva (Primeiro Secretário) e Luiz Gonzaga Bittencourt (Segundo Secretário).

Em 2002 foi realizada a segunda renovação do CBH – Curu. Optou-se pela realização de encontros regionais, agrupando os municípios pela proximidade, como pode ser visto na tabela 6. COGERH (2002)

Tabela 6 - Encontros regionais para renovação do CBH–Curu.

ENCONTRO	MUNICÍPIO ENVOLVIDOS	DATA	DELEGADOS
Canindé	Caridade	11/04/2002	12
	Paramoti		11
	Canindé		16
	Itatira		10
Umirim	Tejuçuoca	03/05/2002	06
	Umirim		12
	Itapajé		10
	Irauçuba		12
Paraipaba	São Luis do Curu	05/06/2002	06
	Paraipaba		05
	Paracuru		03
	São Gonçalo do Amarante		05
	Apuiarés		03
	General Sampaio		04
Pentecoste	08		

Após esses Encontros Regionais foi realizado, dia 22 de Agosto de 2002, em Pentecoste, o II Congresso de Renovação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Curu.

A posse dessa nova composição foi realizada dia 13 de novembro de 2002, em Pentecoste, onde também foi realizada a eleição da nova diretoria do CBH – Curu, para o mandato 2002 – 2004, tendo sido eleita a seguinte diretoria: Antônio Alzemar de Oliveira (Presidente); Jurandir Pereira da Silva (Vice-Presidente); Francisco das Chagas Lopes de Andrade (Primeiro Secretário) e Benedito Sales Sobrinho (Segundo Secretário).

Atualmente o Comitê da Bacia Hidrográfica está passando pela sua terceira renovação, tendo sido definido pelo colegiado do comitê a metodologia de renovação onde serão realizados novamente encontros municipais, realizado no primeiro semestre de 2005, e depois o congresso que está previsto para ser realizado em junho.

4 CONCLUSÃO

As ações desenvolvidas na bacia do Curu, que levaram a formação do Comitê de Bacia do Curu, foram de suma importância como teste da metodologia proposta para a mobilização social para formação de comitês, desenvolvida pela COGERH, e como experiência que foi aproveitada na formação dos outros comitês do Ceará.

O processo de formação do comitê do Curu levou em torno de três anos, e esse tempo propiciou condições para uma ampla mobilização social na bacia em torno do processo de gestão dos recursos hídricos. Destaca-se a realização dos encontros municipais de recursos hídricos como uma etapa fundamental, pois propiciou a ampliação das discussões com a sociedade local, pois reuniões regionais e por bacia limita a participação das pessoas, na medida que muitas têm dificuldade de viabilizar o transporte para essas reuniões, notadamente dos pequenos usuários de água e da sociedade civil.

O fato de haver um vale perenizado principal, contribuiu para o processo de motivação e aglutinação das discussões relativas a água. Tanto que a efetivação do processo de formação do comitê partiu da Comissão de Usuários de Água do Vale do Curu.

Por outro lado, essa situação tem resultado numa predominância das discussões sobre a alocação de água do vale nas reuniões do comitê, o que tem esvaziado e limitado às discussões das áreas secas da bacia, onde o interesse gira em torno das questões de carência de água e da conservação ambiental.

O que se pode perceber sobre a gestão de água na bacia do Curu, é que houve avanços importantes em relação à decisão sobre a liberação de água dos açudes, que tem, sido feita com participação do comitê, mas no que diz respeito a definição de investimentos e obras públicas, a decisão ainda não esta sendo influenciada diretamente pelo Comitê.

Dessa forma é necessário um trabalho contínuo de capacitação e fortalecimento do CBH – Curu e de divulgação das suas ações para que haja um efetivo reconhecimento, por parte do Estado, e da Sociedade como um todo, do Comitê de Bacia enquanto um espaço legítimo de deliberação sobre as questões relativas a gestão dos recursos hídricos no âmbito da bacia.

BIBLIOGRAFIA

- BEZERRA, Hugo Estenio R. *A Gestão dos recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Curu*. Fortaleza: UECE, 1999. Dissertação Mestrado. Universidade Estadual do Ceará, 1999, 178p.
- COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS. *Consolidação dos Relatórios de Viagem da Bacia do Curu*. COGERH, Fortaleza, 1994.
- _____. *Cadastramento dos Usuários de Água Bruta da Bacia do Rio Curu. Relatório Final*. VBA/COGERH, Fortaleza, 1995a.
- _____. *I Seminário Institucional de Recursos Hídricos do Curu*. COGERH, Fortaleza, 1995b.
- _____. *Relatório do I Seminário dos Usuários das Águas do Vale do Curu*. COGERH, Fortaleza, 1995c.
- _____. *Relatório I Seminário dos Usuários da Bacia do Rio Curu*. COGERH, Fortaleza, 1996.
- _____. *Encontros Municipais sobre Gerenciamento de Recursos Hídricos da Bacia do Curu: Relatório Compatibilizado*. COGERH, Fortaleza, 1997.
- _____. *Relatório da Reunião Extraordinária do CBH-Curu: Planejamento de Atividades*. COGERH, Fortaleza, 1998,
- _____. *Propostas de Atividades/Metas para Planejamento do CBH – Curu para de 1999*. COGERH, Fortaleza, 1999.
- _____. *Relatório do Congresso de Renovação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Curu*. COGERH, Fortaleza, 2000.
- _____. *Relatório do II Congresso de Renovação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Curu*. COGERH, Fortaleza, 2002.
- GARJULLI, R.; OLIVEIRA, J.L.F.; SILVA, U.P.A. (1995). “*Proposta metodológica para organização de usuários de água - A experiência do Ceará*” In Anais do XI simpósio brasileiro de recursos hídricos, Recife, Nov. 1995.
- OLIVEIRA, J.L.F.; GARJULLI, R.; SILVA, U.P.A. (1995). “*Conflitos e Estratégias - A implantação do Comitê de Bacia do rio Curu*” in Anais do XI simpósio brasileiro de recursos hídricos, Recife, Nov. 1995.
- SILVA, U.P.A; OLIVEIRA, J.L.F; BEZERRA, H.E.R. (1996). “*A Experiência de Gerenciamento Participativo na Bacia Hidrográfica do Jaguaribe – Ceará*” in Anais do III simpósio de recursos hídricos do nordeste, Salvador, Dez. 1996.
- SILVA, Ubirajara P. A. *Análise da Importância da Gestão Participativa dos Recursos Hídricos no Ceará: Um estudo de caso*. Fortaleza: UFC, 2004. Dissertação de Mestrado. PRODEMA, Universidade Federal do Ceará, 2004, 250p.
- Secretaria dos Recursos Hídricos do Ceará, *Legislação sobre Sistema Integrado dos Recursos Hídricos do Ceará*. SRH, Fortaleza, 1994.
- _____. *Plano Estadual de Recursos Hídricos*. Diagnóstico. Vol. 1. SRH, Fortaleza, 1992.